

O Global e o Local

Interações e Conexões no Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o Debate

Arlindo Villaschi

Ednilson da Silva Felipe¹

Resumo: Utilizando uma taxonomia de globalização, o trabalho busca resgatar cinco experimentos de inserção global da economia capixaba: café, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose, petróleo e gás. Ainda que ocorrendo em tempos distintos ao longo dos últimos 150 anos, esses experimentos, bem como suas respectivas evoluções, se deram em conformidade com a multinacionalização de mercados, com a transnacionalização da produção e com a financeirização mundializada. As anotações destacam a necessidade de serem construídas políticas públicas locais voltadas para uma inserção mais ativa da formação socioeconômica capixaba na chamada economia do conhecimento e do aprendizado.

Palavras-Chave: Globalização. Formação socioeconômica capixaba. Economia do conhecimento e do aprendizado.

Abstract: Using a taxonomy of globalization, the work seeks to rescue five experiments of insertion of Espírito Santo economy in the world economy: coffee, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderurgica de Tubarão, Aracruz Celulose and gas and oil. Although occurring at different periods over the past 150 years, these experiments, as well as their respective developments, took place in accordance with the multinationalization of markets, with the transnationalization of production and with financing at world scale. The notes also highlight the need to build local public policies geared to a more active role of the Capixaba socioeconomic formation into the globalized knowledge and learning economy.

Keywords: Globalization. Economic formation of Espírito Santo. Knowledge and learning economy.

¹ Os autores coordenam o *Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba* (GPIDECA) e são professores do *Departamento de Economia* e do *Programa de Pós-Graduação em Economia* (UFES).

Referencial para análise — taxonomia do processo de globalização econômica: Multinacionalização de mercados

Pensar o processo de multinacionalização da economia implica em analisar o fenômeno sob duas perspectivas: a dos países que se constituem em mercados fornecedores de matérias primas e a daqueles que conformam o conjunto dos compradores de produtos elaborados. Enquanto mercados fornecedores de matérias primas, essa multinacionalização vem sendo fortemente impulsionada desde os séculos XV e XVI (grandes navegações), com a incorporação continuada de progresso tecnológico aos meios de transporte (até o século XX, marítimos e, a partir dele, o aéreo também). Recentemente, vem sendo dinamizada pelas demandas crescentes da Ásia (principalmente China);

Enquanto mercados compradores de produtos elaborados, essa multinacionalização vem sendo continuamente aprofundada e ampliada desde o século XVIII, com as chamadas ondas de industrialização, a partir de mudanças do paradigma técnico-econômico-institucional (ciclos de longa duração de *Kondratieff*). Ganhou impulso nos últimos sessenta anos com a industrialização tardia de países na Ásia e na América Latina, principalmente.

Por outro lado, o aumento do nível de integração das economias mundiais tem sido viabilizado pelos seguintes fenômenos:

Transnacionalização da produção: impulsionada a partir da padronização de processos de automação (e sua continuada absorção de novas tecnologias) e da crescente redução de custos de transportes. Isso tem levado a maiores possibilidades de deslocamentos de elos de cadeias produtivas (principalmente de maquinofaturas) para formações socioeconômicas com diferentes vantagens comparativas (custo de mão de obra, matérias primas, mercado interno, incentivos financeiros/fiscais etc.)².

² Uma ilustração disso é o fato dos 07 principais componentes de um *ipod* serem produzidos em 05 locais diferentes (China, EUA, Japão, Taiwan e Singapura). Se contar todos os componentes, chega-se a aproximadamente 30 localidades.

Financeirização mundializada: dinamizada pela crescente liquidez (principalmente a partir da crise do petróleo da década de 70 e da criação de papéis quase-moedas) e pelo progresso das tecnologias da informação e das comunicações (TICs). Essa “... internacionalização é dominada mais pelo investimento/inversão financeira internacional do que pelo comércio exterior, e, portanto, molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços” (CHESNAIS, 1996: 26).

Experimentos globalizantes no local capixaba Café em três momentos da formação socioeconômica do ES

a) *Surgimento e ascensão*³

O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo, atraindo para si todas as forças da província. O café aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer por volta de 1840, dada a sua expansão pelo litoral próximo à capital, procurando morros e encostas.

A partir da produção cafeeira centrada em Vitória, importantes áreas foram desbravadas para o cultivo do fruto. Uma das principais a serem colonizadas foi a região serrana, que seguiu as vicissitudes da política migratória imperial levada a cabo a partir de meados do século XIX. A população afixada na região serrana, em especial italiana e alemã, passou a cultivar o café nessa porção territorial do estado, com base na pequena propriedade familiar.

³ Baseado em Villaschi Filho, Felipe e Oliveira (2011a).

Mas foi no sul que a consolidação da cultura cafeeira se daria. Ali, a produção seguiu a dinâmica das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, penetrando nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), o sul capixaba foi povoado principalmente por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. A ocupação da região sul no século XIX difundiu, inicialmente, a grande propriedade nos moldes escravistas, presente nas províncias fluminense e mineira. Eventos como a libertação dos escravos e a crise nos preços do café levariam, posteriormente, à consolidação da pequena propriedade em sobreposição aos grandes latifúndios (BUFFON, 1992; CAMPOS JR., 2002; SALLETO, 1996).

Na região norte também se observou um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, onde começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das fazendas da região. Devido à ligação desta região com a capitania de Porto Seguro até o século XIX, boa parte de suas riquezas era dirigida à região baiana (RIBEIRO, 2008).

Das três regiões apontadas acima, aquela que por mais tempo se manteve como a mais próspera foi o sul, com centro dinâmico em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região foi um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, a cujo sistema financeiro e comercial esteve fortemente ligado. Deste modo, grande parte do café produzido na região não era escoada pelo porto natural de Vitória, mas sim pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia à capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do estado. Vitória, nesse momento, era uma cidade nitidamente burocrática; seu comércio em pouco, ou em quase nada incrementava as receitas estaduais.

Apesar da importância para a economia capixaba, a expansão cafeeira no Espírito Santo foi muito mais lenta do que aconteceu no oeste paulista — que se deu no mesmo período — e teve seus resultados menos expressivos

comparativamente aos daquele estado. Isso devido ao encarecimento da mão de obra, em vista da abolição da escravatura, à falta de créditos para o aumento de lavouras e à ausência de infraestrutura adequada, entre outras coisas.

O equacionamento da falta de mão de obra veio via estímulo à imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira. Em relação à política imigratória, já no início do Governo Moniz Freire, firmou-se contrato com Domenico Giffoni para a introdução de 20 mil imigrantes, preferencialmente italianos. Seriam três mil em 1892, sete mil em 1893 e 10 mil em 1894. Logo após, em junho de 1892, regulamentou as normas do serviço de imigração, o que significava algumas facilidades aos estrangeiros que viessem para as terras capixabas (ESPÍRITO SANTO, 2005).

Essa iniciativa, em parte, era uma ampliação dos programas do governo central, cujas especificidades do Espírito Santo eram contempladas apenas marginalmente. A tabela a seguir mostra, para o período, a expansão do número de imigrantes que aportaram no Espírito Santo e apresenta uma clara relação entre a dinâmica do café e o fornecimento de “novos braços” à atividade:

TABELA 1

Chegada de imigrantes e exportações de café 1892-1895

Ano	Número de Imigrantes	Exportação de café
1892	522	277.768 sacas
1893	3.094	362.717 sacas
1894	3.926	387.619 sacas
1895	4.575	410.511 sacas

Fonte: Garcia, Mota e Dias (2005)

Vale destacar que a cafeicultura, num estado economicamente pouco dinâmico, ganhou importância relativa considerável, se tornando a principal atividade econômica. Os dados do Censo do Café, em 1920, revelam que esse produto já representava 17,5% da área cultivada em cada estabelecimento rural capixaba.

Além disso, o café estava presente em 78,2% dos estabelecimentos rurais, além de ter, em relação à superfície total, 5% do território tomado pelo plantio do produto, proporção somente inferior à de São Paulo (7%) e Rio de Janeiro (6,8%), principais produtores nacionais à época (CELIN, 2009).

b) **Crise**⁴

Até o final dos anos 1950, a economia se sustentava principalmente pela cultura, beneficiamento e exportação do seu principal produto agrícola: o café. Apesar dessa importância, não se pode dizer da existência de um “complexo cafeeiro”, o que quer dizer que, em função da produção estar baseada na pequena propriedade, o capital se encontrava pulverizado, o que limitava o transbordamento dinâmico para outros setores da economia, a exemplo do que ocorria em São Paulo.

Buffon (1992, p. 191) indica que os sinais de falência do modelo de desenvolvimento instalado no Espírito Santo já eram antes evidenciados quando, na década de 40, o saldo migratório estadual se tornou negativo. Isso significava que o Espírito Santo havia deixado de atuar como uma região absorvedora de população e era “expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas”. Ainda segundo o autor (p. 192):

No transcorrer das décadas de 1940 e 1950, a expansão cafeeira atinge seu apogeu. Esgotam-se as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro; esgotam-se as terras propícias ao café no norte e inicia-se uma lenta, porém firme trajetória de decadência da cafeicultura no Espírito Santo ao mesmo tempo em que aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do estado. Dessa forma, o período em pauta não representa apenas mais um capítulo da “história do café no Espírito Santo”, senão que também abarca o seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e, ao mesmo tempo, seu momento derradeiro.

⁴ Baseado em Villaschi Filho, Felipe e Oliveira (2011b).

A tendência à decadência estava ligada à crescente dificuldade de reprodução da propriedade familiar, ao esgotamento da fronteira agrícola, além das precárias condições de produção e da queda internacional dos preços do café, que atingiram US\$ 16,18 em 1945, o ponto mais baixo da década.

No início da década de 60, o Governo federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais antieconômicos. Nesse contexto, 22% dos pés de café erradicados em todo o Brasil, couberam ao Espírito Santo, reduzindo em 60% da área plantada do estado (COSME, 2009).

Como, naquele momento, 70% da renda gerada pela economia capixaba se originavam no setor primário, a economia do Espírito Santo submergiu numa grave crise, materializada no impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado (RIBEIRO, 2005). Acima de tudo, a crise levou ao rompimento do atrelamento da formação socioeconômica capixaba com a cafeicultura, abrindo oportunidades para a diversificação econômica e para uma nova trajetória para sua dinâmica produtiva, política e territorial.

c) *O ressurgimento via enraizamento da capacitação inovativa*⁵

O café conilon passou a ser uma alternativa para os agricultores após a erradicação dos cafezais da espécie arábica. Porém, por se tratar de uma espécie com características diferentes daquelas cultivadas até então, a adesão ao novo produto não foi nem automática e nem natural. A inserção da nova espécie, mesmo que mais adequada ao clima e ao solo da região, não recebeu inicialmente qualquer tipo de apoio do aparato institucional ou financeiro local. Os mecanismos de incentivos fiscais criados pelo governo estadual tinham o objetivo

⁵ Baseado em Villaschi Filho e Felipe (2010a)

de diversificar a agricultura capixaba, e não apoiar a monocultura do café (COSME, 1998).

Foi apenas em 1973 que a Secretaria da Agricultura do Estado realizou oficialmente a implantação do café conilon no estado. Desde cedo, a expansão da “nova cafeicultura” aconteceu tanto nas pequenas propriedades rurais, com trabalho familiar e/ou sistemas de parceria, quanto nas empresas rurais capitalistas, com trabalho assalariado e com produção em grande escala.

O projeto conilon condicionava que o agricultor beneficiário das mudas gratuitas deveria necessariamente adotar a tecnologia de plantio em nível, devido a topografia acidentada do município, recomendada pelo Instituto Brasileiro do Café — IBC (SILVA et al., 2007, p. 550).

De qualquer forma, foi dado início à utilização de novos insumos e de novas técnicas de produção. Isso resultou em maior produtividade e maior qualidade do café, sobre o qual o nível de conhecimento ainda era muito baixo. Além disso, a instalação no estado de empresa produtora de café solúvel estimulou a criação de lavouras do novo produto, já que representava uma importante fonte de demanda.

A nova cafeicultura capixaba foi construída a partir da superação de grandes desafios. O conhecimento acumulado até a década de 1980 era fruto e estava basicamente concentrado nos próprios cafeicultores pioneiros. A partir desse conhecimento, foram desenvolvidos os trabalhos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), que passou a inserir nos sistemas produtivos dos cafeicultores tecnologias mais apropriadas para a exploração racional da espécie.

Em 1983, quando da visita dos técnicos do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) ao viveiro de multiplicação clonal do eucalipto, na Aracruz Celulose S. A., vislumbrou-se a possibilidade de adaptar o processo utilizado pela empresa para produção de mudas clonais de eucalipto (*Eucalyptus*), em larga escala, para as

mudas clonais do café conilon (PAULINO et al., 1995, p. 03). Os primeiros passos daquilo que foi vislumbrado como uma possibilidade surgiram a partir de 1993, com a implantação das primeiras variedades clonais de café.

Houve, por conta disso, um aumento na produtividade média de café conilon de 9,5 para 26,6 sacas por hectare (mais de 150%), entre 1993 e 2008, chegando a 120 sacas/ha em propriedades tecnificadas e empreendedoras. Neste período, a produção teve um aumento em torno de 190%, saindo de 2,4 para 7,4 milhões de sacas (COSME, 2009).

Nesse processo, há que se destacar o arranjo institucional voltado para o desenvolvimento de inovações genéticas, de tecnologias produtivas e, sobretudo, para proporcionar o acesso do produtor (pequeno ou grande) às novas técnicas e tecnologias produtivas. Composto por consórcios de pesquisa e comercialização, cooperativas, exportadores, torrefadores, empresas inovadoras/difusoras (Verdebrás, Realcafé), órgãos de financiamento (BANDES, BANESTES, Banco do Brasil etc.), instituições de pesquisa e desenvolvimento (INCAPER, CETCAF), ensino e extensão (IFEs, SENAR) e governos locais.

Cada um desses entes participantes da institucionalidade operam com considerável esforço de cooperação e de interatividade, tendo como objetivo comum a melhoria constante de processos produtivos, principalmente centrados na construção de novas competências tecnológicas e produtivas.

Exemplo disto foi o processo de “... geração de informações, conhecimentos e tecnologias para o café conilon” a da técnica da reprodução vegetativa, impulsionada pelo Instituto Brasileiro do Café em 1972, a qual consistia no enraizamento de “... partes da planta como estacas de nó inteiro e meio nó, dando origem a mudas com características normais” (SILVA et al., 2007, p. 55). O sucesso desse experimento inicial possibilitou o surgimento de importantes frentes de pesquisa, principalmente realizadas pelo IBC e pela iniciativa privada.

Em virtude da importância social e econômica e dos principais problemas encontrados na produção de conilon, o Incaper iniciou um programa de melhoramento da espécie, visando, sobretudo, disponibilizar aos cafeicultores capixabas materiais genéticos mais adequados às suas necessidades, uma vez que até aquela época, as variedades usadas pelos produtores eram propagadas por sementes, com grande heterogeneidade de plantas, produção e em outras características, com dificuldade de manejo, baixo potencial geral de produção e qualidade inferior (FERRÃO *et alli.*, 2007, p. 205).

Por conta desses melhoramentos, a produtividade do café passou de 0,7 toneladas de café em côco/ha, no triênio 1972/74, para mais de 1,2 toneladas/ha no triênio 1984/1986, correspondendo a um crescimento de 71% (ROCHA; MORANDI, 1991). O melhoramento genético, principal área de pesquisa e inovação aplicada ao conilon, contribuiu significativamente para o aumento da produtividade, melhoria da qualidade e redução dos custos de produção. Isso ocorreu porque a maioria dos programas de melhoramento genético visava o desenvolvimento de cultivos superiores, que garantissem ao produtor maior rentabilidade econômica.

Em termos econômicos, contribuíram para a viabilidade da nova lavoura fatores que destravaram os problemas de oferta e de demanda. Em relação à produção, teve significância o fato de as prefeituras municipais terem atuado tanto na construção de viveiros para a propagação quanto na distribuição gratuita de mudas aos produtores. Já em relação à demanda, contribuiu inicialmente a instalação no estado de planta industrial da Real Café, como importante *player* de compra do conilon para a formação do *blend* com o arábica para produção de café solúvel.

Apesar das barreiras institucionais que precisaram ser vencidas para a implantação da variedade conilon no Espírito Santo — a configuração institucional estava voltada para a plantação e cultivo do arábica —, a cultura do conilon foi dinamizada ao longo do tempo graças à construção de visão compartilhada entre

diversos agentes envolvidos em sua produção e comercialização. Esta reconhecia que o avanço para um patamar superior de produção dependeria do rompimento dos limites da exploração baseada em vantagens estáticas, cedendo lugar àquelas de conteúdo mais dinâmico e baseado em *inovação* e *novos conhecimentos*.

Em outras palavras, era preciso empreender uma busca ininterrupta pelo entendimento de todos os mecanismos físicos, químicos e biológicos, internos ou externos, que têm influência no cafeeiro e no grão, de modo a gerar inovações que, passando pelos testes de produtividade, também tivessem aceitação por parte do mercado.

Neste processo, destaque-se também a importância de projetos de extensão desenvolvidos através do arranjo institucional acima descrito. De acordo com Ferrão et al. (2007), tais projetos envolvem 130 mil famílias e 60 mil propriedades e visam, entre outras metas, melhorar o manejo e a gestão agrícola, cujos cursos já alcançaram 40 mil propriedades.

Companhia Vale do Rio Doce (minério de ferro e logística)⁶

Seis grandes etapas caracterizam a história da CVRD. A primeira, marcada por obstáculos a sua constituição, compreende a década de 1940. Entre esses, podemos citar restrições econômicas e políticas ao empreendimento, além da precariedade do sistema de produção e de escoamento do minério de ferro. No contexto do pós-Segunda Guerra, tais obstáculos, mais as divergências entre americanos e brasileiros na condução dos negócios da empresa, a conduziram a uma situação de crise e quase falência.

A segunda etapa (anos 50) foi marcada por “... um momento de inflexão definitivo em sua trajetória de crises e ao mesmo tempo de consolidação no mercado transoceânico de produção e comercialização do minério de ferro” (ZORZAL E

⁶ Baseado em Zorzal e Silva (2009).

SILVA, 2009, p. 05). Tal inflexão foi originada pela redefinição dos estatutos da empresa, na qual a prerrogativa do Presidente da República do Brasil em nomear e demitir o presidente da companhia foi reiterada, em detrimento das pretensões do Eximbank de assumir a direção e o controle acionário da empresa. Paralelamente a este processo endógeno, o cenário internacional apresentou uma conjuntura favorável para a comercialização de minério de ferro, qual seja o aumento da demanda propiciada pela guerra da Coreia. Além dos mercados tradicionais, outros países, inclusive aqueles do bloco socialista, são incluídos em seu roteiro de vendas. Nas palavras de Zorzal e Silva (p. 05):

Com o sucesso dessas ações, a empresa realizou maciços investimentos em infraestrutura operacional — reconstrução da ferrovia Vitória-Minas, aparelhamento do porto de Vitória e das minas de Itabira; e, ao mesmo tempo, realizou ampla modernização dos procedimentos administrativos e gerenciais, tornando-se mais ágil e eficiente. Tais ações geraram condições para o crescimento e a expansão da empresa, o que permitiu a ampliação dos graus de autonomia financeira, gerencial e estratégica. Com isso, no médio prazo, alcançou níveis crescentes de desempenho operacional e financeiro, o que a conduziu de um patamar de produção e exportação de minério de ferro da ordem de 442 mil toneladas, em 1949, para 7.095 milhões, em 1964.

Os desafios colocados na década de 1960 para os produtores de minério ferro no mercado externo — advento das novas tendências tecnológicas da indústria siderúrgica, deslocamento do eixo dessa indústria dos EUA para o Japão e a Europa, descoberta de grandes jazidas de minério de ferro na Austrália e na África do Sul, bem como o contexto brasileiro de crise econômica, política e institucional —, impuseram a necessidade de redefinição das estratégias e rumos da companhia, caracterizando esta terceira etapa com uma fase de incertezas e, ao mesmo tempo, de oportunidades importantes para a CVRD.

Diante de tais adversidades, a empresa não tinha muitas opções, senão ousar, reduzindo custos, integrando verticalmente toda sua cadeia produtiva, modernizando suas práticas de venda (contratos de longo prazo com mercados

cativos) e, especialmente, investindo maciçamente em logística de transportes de carga de longa distância, o que revolucionou os padrões da época e a tornou pioneira nesse campo.

Especialmente no que concerne à base naval, inovou ao construir, em parceria com o Japão, navios de grande calado para transportes de cargas combinadas (óleo/minério), visando transformar a longa distância física entre os dois países, em distâncias economicamente viáveis, o que demandou a construção, tanto no Brasil como no Japão, de portos simétricos equivalentes para receber os referidos navios⁷. E, para garantir competitividade, além da diversificação dos tipos de minérios exportados e rigoroso controle de qualidade, buscou reduzir o peso do frete, com a criação da subsidiária Vale do Rio Doce Navegação S.A. (DOCENAVE), para gerenciar o transporte marítimo (ZORZAL E SILVA, 2009, p. 06-07).

Atenta às mudanças que se processavam na indústria do aço, a empresa investiu na diversificação da produção (aproveitamento do minério considerado rejeito de mina — ferros finos e ultrafinos — impróprios para o alto forno) e na industrialização (investimentos em um novo padrão produtivo, baseado na tecnologia do *pellet*). Na confluência desses processos, a CVRD estava em situação mais do que vantajosa para desfrutar as novas oportunidades que então se abriam no mercado consumidor do minério de ferro. Zorzal e Silva (p. 07) resumiu bem essa característica da Vale de saber transformar as adversidades em vantagens empresariais.

(...) ao investir pesadamente em sua infraestrutura operacional e de transportes, a empresa transformou sua fragilidade em força, ao mesmo tempo em que foi constituindo uma nova área de negócios ligada ao setor de serviços. No mesmo movimento em que verticalizou suas

⁷ À época, o maior graneleiro tinha capacidade para transportar 35 mil toneladas. Com os acordos com o Japão foram construídos navios para transportar 100 mil toneladas e, posteriormente, ampliados para 250 e 300 mil/t. Hoje as dimensões dos navios estão limitadas em 500 mil toneladas. No Brasil foi construído o Porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo, próximo a capital, Vitória. O compromisso para construção do porto foi firmado em 1962 e o porto foi entregue em abril de 1966, na data prevista pelos parceiros.

atividades ela transformou seus pontos fracos, traduzidos na grande distância dos mercados consumidores, em força motriz. A ampliação e informatização da EFVM, a construção do porto de Tubarão, próximo a capital do estado do Espírito Santo, a constituição da DOCENAVE, da Companhia Siderúrgica Vatu, para proceder ao beneficiamento do itabirito e à fabricação do ferro-esponja, e das Usinas de Pelotização, para beneficiar os finos e ultrafinos, fizeram parte da mesma estratégia. Vistas a posteriori, essas ações, ao restituírem os meios necessários para assegurar o crescimento em longo prazo, acabaram modificando a forma de inserção da empresa tanto no âmbito do setor mineral e da economia brasileira, como de forma mais geral no mercado internacional. Como consequência, suas potencialidades foram ampliadas na medida em que foram criadas condições para diversificação horizontal e conglomeração no movimento subsequente.

Asseguradas a liderança no mercado mundial e a autonomia gerencial e financeira no plano doméstico, a CVRD passou a investir, nas décadas de 70 e 80, em diversificação, conglomeração e abertura de novas janelas de oportunidade no norte do país, caracterizando, assim, a quarta grande etapa da trajetória da empresa.

A política de diversificação de investimentos aumentou sua cesta de produtos minerais incluindo, entre outros, manganês, cobre, titânio, ouro e carvão, ao mesmo tempo em que criou um mercado mais seguro para seus produtos. Por meio de associações com grupos internacionais, sobretudo com o Japão, a empresa quis firmar sua posição de fornecedora e a constituição de *joint ventures*, onde a CVRD participava quase sempre com 51% do capital, foi o formato institucional adotado.

Quanto à abertura de novas janelas de oportunidade no norte do Brasil, a empresa investiu na constituição de um segundo sistema produtivo, especialmente distinto daquele compreendido pelo Espírito Santo e Minas Gerais (o chamado Sistema Sul), mas igualmente carente de infraestrutura operacional e industrial. A partir dos anos 70, em virtude das descobertas de jazidas de ferro de

alto teor de qualidade, de bauxita e outros minerais na Amazônia, a CVRD passou a investir na aquisição de máquinas e equipamentos e na ampliação e modernização do sistema de transportes em estados do norte do país — Tocantins, Pará e Maranhão —, constituindo, assim, o complexo do Sistema Norte.

Como nosso alvo de análise é o Espírito Santo, aprofundemo-nos um pouco mais no conhecimento acerca do Sistema Sul, reproduzindo trecho de Zorzal e Silva (2009, p. 10):

No Sistema Sul, em meados dos anos 90 — momento em que a empresa foi privatizada —, as operações da Vale constituíam a seguinte configuração integrada de atividades: extração e processamento de minério de ferro nas minas de Itabira, Brucutu, Caraça, Timbopeba e Capanema, localizadas em Minas Gerais; Estrada de Ferro Vitória–Minas (EFVM), com 918 km de extensão, ligando Belo Horizonte e as minas de Itabira e Timbopeba ao Terminal Marítimo de Tubarão, situado na cidade de Vitória, no Espírito Santo; (...) o complexo portuário de Tubarão, construído nos anos 60, e ampliado nos anos 80, constituído por um conjunto operacional capaz de receber navios de até 300 mil DWT e carregá-los à razão de 30 mil t/h; e embarque de produtos siderúrgicos e descarga de carvão mineral. Além desse sistema, contava também com o cais de Atalaia, construído na década de 40, e o de Paul, construído no final dos anos 50, todos no Espírito Santo.

No setor industrial, contava ainda com seis usinas de pelotização, sendo duas próprias e quatro em associação com sócios estrangeiros — italianos, japoneses e espanhóis. São elas: Itabrasco, Nibrasco e Hispanobrás, localizadas próximo ao Terminal de Tubarão, com capacidade instalada para produção de 19 milhões de toneladas de pelotas/ano. Na esteira desses investimentos, outros foram atraídos para os estados do Sistema Sul (MG e ES), entre eles a Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), a Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST), a Samarco Mineração S.A. e a Aracruz Celulose S.A., e a expansão do complexo portuário do Espírito Santo, com a construção dos portos de Barra do Riacho (Aracruz-ES) e de Ubu (Anchieta-ES). O primeiro para atender ao complexo pára-químico da Aracruz Celulose e o segundo para atender às usinas de pelotização da Samarco. Todos esses

empreendimentos foram negociados durante os anos 70 e implantados entre 1970 e 1985.

Essas plantas industriais, devido ao seu grande porte, ao montante de recursos investidos (mais de 5,5 milhões de dólares), ao prazo de implantação inferior a quinze anos e aos impactos produzidos na então pequena economia primário-exportadora capixaba, produziram mudanças estruturais na trajetória do desenvolvimento estadual ao redefinir, “... no curso dos anos 70 e 80, a dinâmica social e demográfica territorial, o perfil econômico e ambiental, e a correlação de forças políticas na região do Vale do Rio Doce, notadamente, no estado do Espírito Santo” (ZORZAL E SILVA, 2009, p. 11).

A quinta etapa compreende a reformulação radical das estruturas de gerência e da política de recursos humanos nos anos 1990, cujo ápice envolveu o processo de privatização da empresa, em maio de 1997. A trajetória empresarial percorrida pela Vale, ao longo dos 55 anos em que ela atuou como empresa de economia mista, é uma história de sucesso e de expansão crescente: de empresa à beira da falência, no final dos anos 40, a grande conglomerado constituído por 52 empresas, cuja composição se organizava por meio de quatro tipos de empreendimentos: operações próprias, empresas controladas, empresas coligadas e participações estratégicas. Este sucesso, antes de sua privatização, constituía um leque de atividades que iam desde o setor agrícola, passando pela indústria tradicional e de ponta, setores de infraestrutura e de serviços, e setor comercial.

Finalmente, a sexta etapa abrange o período pós-privatização, em 1997, até o presente, quando os rumos da empresa passaram a ser definidos exclusivamente pela lógica privada e pela racionalidade do mercado, a despeito das diretrizes da política governamental brasileira para o desenvolvimento macroeconômico do país. Nas palavras de Zorzal e Silva (p. 12):

Nessa fase, a empresa, além de dinamizar suas operações, realizou aquisições e vendas de ativos. Com isso, procurou centrar suas operações em setores ligados à mineração e siderurgia e em logística de transportes, constituindo seu portfólio com os seguintes produtos: minério de ferro e pelotas; manganês e ferro ligas; alumínio (bauxita, alumina e alumínio); carvão; minerais industriais (caulim e potássio); cobre, ouro e níquel; ferrovias e portos; participação em siderúrgicas de classe mundial.

Aracruz (floresta e celulose)⁸

Apropriação de oportunidades internacionais

O aumento do custo da matéria prima para a fabricação de celulose — principalmente pelo longo tempo de maturação das madeiras tradicionalmente usadas para este fim —, provocou, na década de 1950, um conjunto de pesquisas voltadas para desenvolvimento de tecnologias para a produção da celulose em fibra curta a partir do eucalipto. Os resultados das pesquisas e das novas tecnologias geradas levaram o setor a uma revolução em razão da significativa redução dos custos para empreendimentos localizados ou que viessem a se localizar em regiões propícias ao cultivo do eucalipto.

A partir daí, e com o aumento do rigor da legislação ambiental em países tradicionalmente produtores de celulose (EUA, Canadá e os nórdicos, principalmente), passaram a ter peso nos projetos de implantação de novas empresas as condições climáticas requeridas pelas plantas.

A reestruturação mundial do setor foi fortemente caracterizada pela redistribuição geográfica da produção da celulose, tendo os países centrais fortalecido a posição de produtores de papéis, ampliando a importação de celulose. Tais acontecimentos contribuíram para a reconfiguração dessa indústria no Brasil com

⁸ Baseado em Villaschi Filho e Felipe (2010a).

a entrada de investidores estrangeiros em *joint ventures*, com aumento da escala de produção voltada para a exportação (VILLASCHI FILHO, 2009b)⁹.

Esse movimento de investimentos derivava de uma necessidade premente, dada uma drástica deterioração da economia brasileira, principalmente por conta do choque do petróleo e da crítica situação de suas contas externas, com déficits estruturais contínuos e cada vez maiores no Balanço de Pagamentos. Por estes termos, os investimentos do II PND eram prioritariamente destinados a substituir importações e diversificar as exportações. O Governo federal, além disso, explicitava a preocupação com a integração nacional, pela incorporação econômica de regiões atrasadas com o aproveitamento das potencialidades de recursos naturais e de algum tipo de vantagem geográfica dessas regiões.

Esse pano de fundo, associado à grave crise pela qual passava a economia local, motivou o Governo estadual a institucionalizar um programa de incentivos fiscais que fomentasse o surgimento de novas alternativas, eminentemente industrializantes.

Na esteira desses fatos, estudos encomendados pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce¹⁰ apontavam vantagens econômicas significativas na exploração de reflorestamento comercial do eucalipto. A recomendação da localização no Espírito Santo apresentava os seguintes argumentos:

O município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo apresenta as condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, com terras disponíveis a baixos preços, topografia plana

⁹ Essa reconfiguração foi fortemente impulsionada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79). Através dele, o Governo brasileiro buscou se empenhar em cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Este objetivo englobava algumas frentes de atuação: (i) consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores e adaptação de tecnologias; (ii) ajustamento às novas realidades da economia mundial; (iii) nova etapa para a integração nacional e (iv) uma estratégia de desenvolvimento social, visando eliminar, no menor prazo possível, os focos de pobreza absoluta (CASTRO; SOUZA, 1985).

¹⁰ Que pretendia diversificar suas atividades concentradas, principalmente, na extração, transporte e comercialização de minério de ferro.

favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do estado e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto (*apud* PEREIRA, 1998, p. 188).

Essas vantagens motivaram a implantação da Aracruz Florestal (posteriormente incorporada ao braço industrial Aracruz Celulose), *joint venture* entre capitais internacionais, nacionais privados e públicos (principalmente através de expressivo aporte de recursos do antigo BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Além disso, foi concebida para operar de maneira integrada — floresta-fábrica-porto — e auto-suficiente no que se refere aos insumos naturais (PEREIRA, 1998). A fábrica entrou em operação em 1979.

Até se fundir em 2009 com a Votorantim Celulose e Papel para constituir-se na Fibria, a Aracruz era líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto¹¹, com uma capacidade nominal de produção de cerca de 3,3 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e em 2008 exportou 98% de toda a sua produção¹². A empresa possuía, aproximadamente, 313 mil hectares de plantios, intercalados com cerca de 198 mil hectares de reservas nativas. Além de seus plantios próprios, a Aracruz fomentava o reflorestamento à base de eucalipto por terceiros através do Programa Produtor Florestal, que abrangia cerca de 96 mil hectares contratados com mais de 3 mil produtores rurais no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ARACRUZ, 2009b).

Centralidade do conhecimento na implantação de florestas de eucalipto

O aumento da produtividade florestal é resultado de desenvolvimentos tecnológicos baseados na clonagem e na apurada técnica de manejo e permitiram

¹¹ Neste segmento, em termos de países, mesmo levando em consideração a expansão da produção nos vizinhos Chile e Uruguai, o Brasil em 2010 respondia por 55% da produção global desse segmento (VILLASCHI FILHO, 2009).

¹² Em 2008, a distribuição das vendas da Aracruz Celulose foi a seguinte: Europa (39%), América do Norte (33,7%), Ásia (25,1%), América Latina (0,3%) e Brasil (1,8%).

que empresas brasileiras do setor se posicionassem nas fronteiras competitivas globais em produção de celulose branqueada de eucalipto. Isso se deu pela combinação de resultados de pesquisas em universidades, institutos de pesquisas e internamente às empresas. Parte substancial dessas pesquisas estava direcionada para melhoramentos genéticos, biotecnologia, propagação de plantas, solos e nutrição vegetal, ecofisiologia vegetal, proteção florestal e biodiversidade, tendo como objetivo comum a obtenção de plantios com alto valor agregado (ARACRUZ, 2009b).

Segundo Villaschi Filho (1998), a Aracruz Celulose S.A. adotava estratégias que visavam garantir a sua posição de líder mundial na área de desenvolvimento florestal baseado nessas tecnologias. Por conta disso, as ações da empresa eram direcionadas para a fronteira tecnológica e na direção tanto de novos produtos (espécies mais adequadas ambiental e economicamente) quanto de novos processos (técnicas de manejo florestal), através de intensos programas de P, D&I.

A Aracruz Celulose — operada pela Aracruz Florestal —, iniciou o plantio de eucalipto no final da década de 1960. A escolha pelo eucalipto deu-se em função do seu potencial para produção de madeira destinada à fabricação de celulose e ainda por sua compatibilidade às condições ambientais típicas do Espírito Santo. As espécies inicialmente consideradas aptas para as áreas da Aracruz foram o *Eucalyptus grandis*, o *Eucalyptus saligna*, o *Eucalyptus urophylla* e o *Eucalyptus alba*, de forma que os primeiros plantios foram estabelecidos com estes materiais, a partir de sementes produzidas no Horto Florestal de Rio Claro (SP).

Como essas sementes eram produzidas a partir de plantas não melhoradas geneticamente, os povoamentos obtidos apresentavam grande desuniformidade em termos de crescimento e forma das árvores. Além disso, a ocorrência do cancro (uma podridão do tronco) inviabilizou a utilização de algumas espécies. A partir de 1973, iniciou-se um programa de pesquisa florestal voltado ao desenvolvimento de materiais genéticos. Após a avaliação de 55 espécies, foi

iniciado o programa de melhoramento genético do *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus urophylla* e o híbrido entre eles (ARACRUZ, 2009b).

Com o advento da clonagem em escala comercial, grande ênfase foi dada à seleção e propagação das árvores superiores, resultantes do programa de melhoramento. As florestas clonais obtidas a partir de então apresentaram ganhos significativos em produtividade, uniformidade e qualidade da madeira, o que permitiu que a celulose produzida pela Aracruz se diferenciasse positivamente no mercado mundial.

Assim, pode-se dizer que a introdução de espécies mais adaptadas, o estabelecimento de programas de melhoramento genético contínuo das espécies puras e em hibridação, e a aplicação de seleção na identificação de indivíduos superiores para formação de gerações avançadas das populações de *E. grandis*, *E. urophylla* e seus híbridos, foram os principais responsáveis pelo sucesso da empresa.

O sucesso em desenvolvimento tecnológico da Aracruz baseou-se em diversas formas de aprendizado. Estes envolveram grandes esforços cooperativos e interações externas mantidas pelo Centro de Pesquisas Tecnológicas (CPT), tornando o aprendizado por interação uma agressiva estratégia empresarial de liderança tecnológica da Aracruz Celulose.

Exemplos dessa interação voltada para a geração e utilização de conhecimento são os seguintes projetos: MIPIS (Micro Porta-Isca Biodegradável), que faz parte do programa de combate a pragas (controle de formigas cortadeiras) e danos florestais mantido pela Aracruz, em parceria com Equilíbrio Proteção Florestal SC e Atta Kill Indústria e Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda., e com o apoio do instituto de pesquisa ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP); BEPP (Brasil Eucalyptus Produtividade Potencial), que estuda 08 sítios experimentais por todo o Brasil, por meio da parceria entre Aracruz Celulose S.A., Celulose Nipo Brasileira, CENIBRA e Copener Florestal, entre outras empresas, e

com o apoio das universidades de São Paulo, do norte da Carolina e do Colorado (EUA), bem como do CNPq, com o intuito de conhecer as relações ecofisiológicas existentes entre a produção madeireira e o uso eficiente dos recursos naturais: água, luz e nutrientes, a chamada ecologia de produção; por fim, o Projeto Genolyptus (Rede Brasileira de Pesquisa do Genoma de Eucalyptus), que reúne uma rede de pesquisa pré-competitiva, unindo os setores público e privado em torno da geração de informações genômicas sobre o eucalipto. Fundamentalmente voltou-se para descobrir, seqüenciar, mapear e determinar a função de genes de importância econômica e de espécies de Eucalyptus, para a posterior incorporação de tais tecnologias genéticas nos programas de melhoramento e produção florestal com ênfase no processo de formação da madeira.

Siderurgia (CST)¹³

As ideias iniciais de implantar uma siderúrgica no Espírito Santo datam da década de 1920 e foram estabelecidas com base em estudos realizados pela Escola Nacional de Engenharia. Segundo tais estudos, a localização ideal seria em Vitória por ser o “ponto final” de uma ferrovia, no caso a Vitória-Minas. Esse tema também era constantemente debatido no meio acadêmico, especificamente na Escola Politécnica da UFES, bem como no meio empresarial, entre os diretores e colaboradores da FINDES (destaque para Artur Carlos G. Santos e Eliezer Baptista, este último engenheiro da CVRD). De sorte que, pode-se dizer, essa ideia já vinha sendo gestada há décadas, precisando da formação de coalizões densas o bastante para que se transformasse em realidade palpável.

O segundo aspecto a ser considerado era que outro projeto nesse sentido já tinha sido elaborado por conta da expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), que já havia adquirido a área próximo ao Porto de Tubarão para instalação da nova usina. Essa operação, entretanto, não foi consolidada.

¹³ Baseado em Villaschi Filho, Felipe e Oliveira (2011c).

As ações do governo, visando atrair para o Espírito Santo a siderúrgica, começaram efetivamente em 1971. O trabalho de convencimento partiu do fato de o estado apresentar algumas vantagens fundamentais para sediar a siderúrgica: havia a convergência num ponto específico que facilitava sobremaneira o fornecimento de matérias primas para a transformação, bem como a colocação dos produtos no exterior, dadas as instalações portuárias já consolidadas. Ou seja, a proximidade de um porto natural faria com que a empresa pudesse se voltar para o mercado externo, devido à facilidade que teria no transporte de seus produtos. Mas não é razoável pensar que esses elementos e que tais argumentos foram, por si só, suficientes para influenciar a decisão do Governo federal e das empresas de capital estrangeiro em favor do Espírito Santo.

Os primeiros elementos de formação de uma coalizão para tornar possível o projeto da siderúrgica no Espírito Santo foram desenhados entre Eliezer Batista, então “exilado” na Europa, e o governador do Estado. A participação do primeiro foi fundamental para intermediação dos primeiros contatos entre o governador e os capitais estrangeiros, notadamente italianos e japoneses, para a possível formação de parcerias no projeto. Foi de Eliezer a iniciativa de fechar uma agenda de viagens do governador por países da Europa e pelo Japão, tanto para um levantamento das possibilidades e atualizações tecnológicas voltadas para a siderurgia, quanto para a definição dos termos iniciais pelos quais a negociação direta com o capital estrangeiro poderia se dar. Segundo Santos (2010), o mecanismo proposto envolvia a divisão entre os parceiros da montagem da usina, segundo as competências específicas e a garantia de compra, também pelos parceiros, de parte da produção.

A articulação na esfera federal envolvia o apoio necessário do governo federal. O apoio político foi consolidado pelo fato deste assinar, no Espírito Santo, o decreto de criação da SIDERBRAS, *holding* do setor siderúrgico, que seria a controladora das empresas estatais no setor.

Ainda em 1973, foi assinado o primeiro protocolo de intenções entre os acionistas da criação da Companhia Siderúrgica Tubarão CST — a SIDERBRAS, a Kawasaki Steel e a Finsider. Pelo acordo, a SIDERBRAS teria 51% do capital do empreendimento e os sócios estrangeiros os outros 49% divididos em partes iguais. Definiu-se, também, que os sócios comprariam 80% da produção da CST.

As resistências quanto à consolidação dos projetos não tardaram a aparecer. Internamente ao Espírito Santo, a oposição se dava em relação à localização a montante (com relação às principais áreas residenciais da Grande Vitória à época) dos ventos dominantes. As palavras do governador Arthur Santos são claras quanto a essas críticas: “Ou a siderúrgica será implantada naquele local já estudado e com a infraestrutura montada ou nós corremos o risco de não ter nada” (*apud* SILVA, 1993, p. 214).

Externamente, a oposição principal teria se dado pelos industriais nacionais, principalmente representados pela FIESP. A peregrinação e a necessidade de blindagem do projeto diretamente em Brasília foi fundamental para que os próximos passos se efetivassem. Dois anos mais tarde e tendo já o governador terminado seu mandato, a empresa ainda continuava existindo apenas no papel.

Em face dos impasses envolvidos nas negociações quanto à montagem da usina, os acordos — mesmo os já assinados — corriam sérios riscos de serem desfeitos. Coube ao presidente da SIDERBRAS convidar novamente o agora ex-governador Arthur Santos para assumir a presidência da empresa — com a destituição do General Ary Martins —, de forma a destravar as dificuldades que vinham impedindo o progresso das negociações. Definiu-se o montante necessário para a construção da empresa, que chegaria a US\$ 2,79 bilhões, dos quais US\$ 2,1 bilhões viriam através de empréstimos externos. Em 1979, começaram os primeiros aportes financeiros, com os quais foram iniciadas as obras de terraplanagem da área para a construção da usina.

No ano de 1982, as negociações de novos empréstimos para a continuidade das obras foram dificultadas pela crise da dívida externa dos países sul-americanos, tendo como principal evidência as dificuldades financeiras da economia mexicana. A CST foi socorrida por um empréstimo ponte, negociado com a intervenção da Kawasaki, seu sócio japonês. Por iniciativa daquela empresa e através de um novo consórcio de bancos japoneses, a empresa conseguiu o empréstimo ponte de US\$ 408 milhões e fez, em 1983, uma operação de venda à vista da coqueria com a compra parcelada, o que lhe permitiu prosseguir com as obras.

Em 1984, a empresa estava concluída e iniciava seu funcionamento, criando um novo mercado na área de siderurgia, que era o de placas.

Como havia sido previsto nos projetos iniciais, a atração de investimentos de envergadura e a instalação de uma empresa de atividade dinamizadora acabaram por gerar novos investimentos e a instalação de outras empresas, de médio e pequeno porte, no estado. Mesmo durante o processo de instalação da CST, outras empresas importantes se instaram no Espírito Santo. Na década de 70, foi instalada Cimetal. Depois viria a Companhia Brasileira de Ferro (CBF), produzindo gusa no município de Viana¹⁴. Foi também na década de 1970 que surgiram empresas como a Metalúrgica Carapina, a Savelli e a Metalosa¹⁵ (SILVA; RESENDE, 2004).

O gás e o petróleo (Petrobras)

As mudanças institucionais implementadas na indústria do petróleo e do gás natural no Brasil a partir de 1997, notadamente com a quebra da exclusividade da Petrobras em operar o monopólio da União, promoveram, também, uma reordenação na importância relativa do Espírito Santo nessa indústria.

¹⁴ Atual CBF Indústria de Gusa S.A.

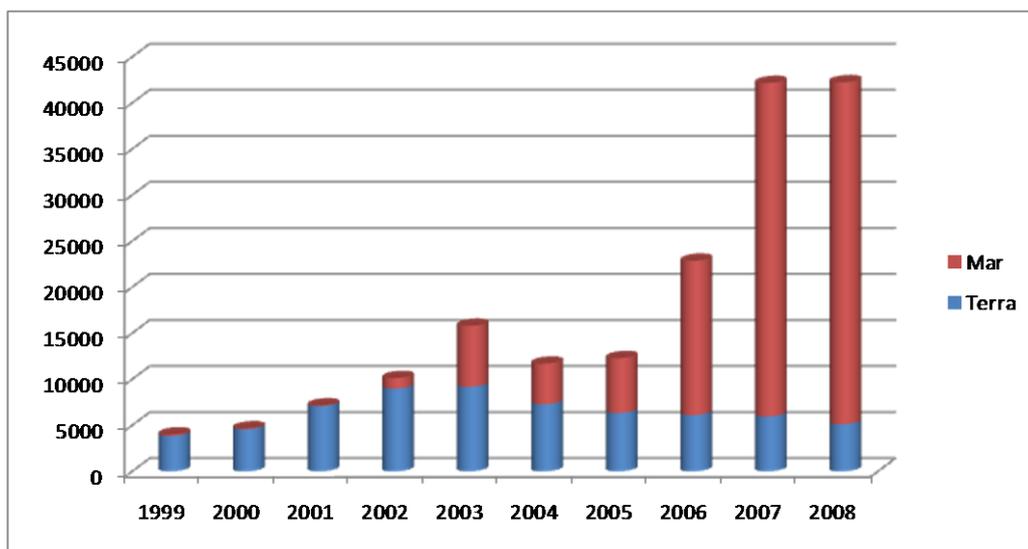
¹⁵ A Metalosa – ainda com outra razão social – foi criada em 1959 com a atividade de serviços de mecânica de caminhão. Na década de 1970, a partir de incentivos do GERES, passou a fabricar galões para o transporte de leite. No final da década de 1970, foi adquirida pelo Grupo Dalla Bernardina (SILVA; RESENDE, 2004).

A flexibilização do monopólio da Petrobras, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi seguida da criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da instalação das rodadas de licitação, o que forçou a uma mudança das estratégias da empresa. A partir do momento que teve de lidar com a concorrência, a estatal passou a incluir a exploração no estado como crucial para a manutenção da sua liderança no setor, no Brasil.

Essas foram mudanças fundamentais para o incremento da produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo, como fica claro a partir dos gráficos a seguir.

GRÁFICO 01

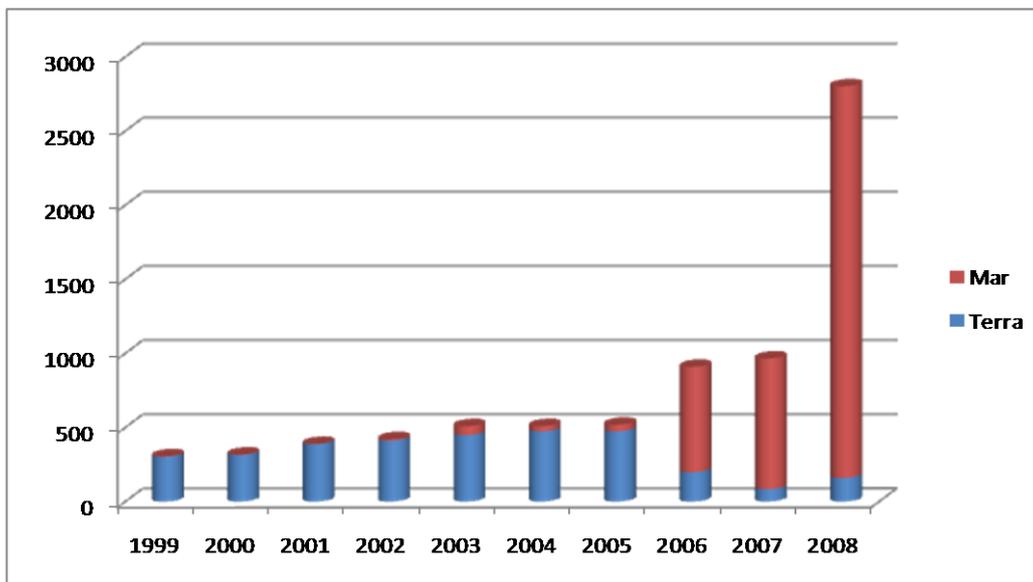
Produção de petróleo no Espírito Santo — em mil barris



Fonte: ANP (2009)

GRÁFICO 02

Produção de gás natural no Espírito Santo — em mil barris



Fonte: ANP (2009)

O aumento da importância relativa do Espírito Santo na indústria do petróleo pode ainda ser ilustrado pelo fato de, em 2008, 11% do total das reservas provadas no Brasil estarem localizadas no estado. Essa participação era de menos de 1% em 2000. Além disso, o estado foi, em 2009, o segundo produtor nacional de petróleo — com 100 mil barris produzidos diariamente — e o quarto produtor de gás natural — com uma produção de 2,95 milhões de m³/dia (ANP, 2009). E ainda: a instalação das Unidades de Processamento de Gás Natural em Linhares e Anchieta coloca o estado, de maneira permanente, na dinâmica da indústria petrolífera brasileira.

A abertura do setor à concorrência permitiu também a instalação no estado de outras empresas produtoras. Em 2009, eram 27 empresas explorando petróleo no mar e em terras capixabas: Amerada Hess, Anadarko, BrazAlta Brasil, Chein, Chevron Brasil, Devon, El Paso, EnCana. Esso Campos, Hydro Brasil. Inpex, Koch Petróleo, Lábrea, OGX, ONGC, Partex, Perenco, Petrogal Brasil,

Petrosynergy, Repsol YPF, Shell, SK Brasil, Starfish, Statoil Brasil, Total E&P Brasil, Vale e Vipetro (ANP, 2009).

A expansão das atividades ligadas ao petróleo e ao gás natural no Espírito Santo abrem novas janelas de oportunidades para a indústria e economia local. Contudo, algumas ponderações precisam ser feitas.

A primeira é que, mesmo nessa indústria, repete-se um tipo de inserção retardatária da economia capixaba. Isso quer dizer que sua dinamização está acontecendo sem que tenha tido tempo hábil para criar internamente as condições econômicas e institucionais que seriam necessárias para reter aqui parte significativa das rendas geradas no setor. Por essa ótica, ainda um grande esforço será preciso na direção de desenvolvimento tecnológico e industrial local necessário para dotar a economia capixaba de capacitação adequada para responder aos desafios dessa indústria.

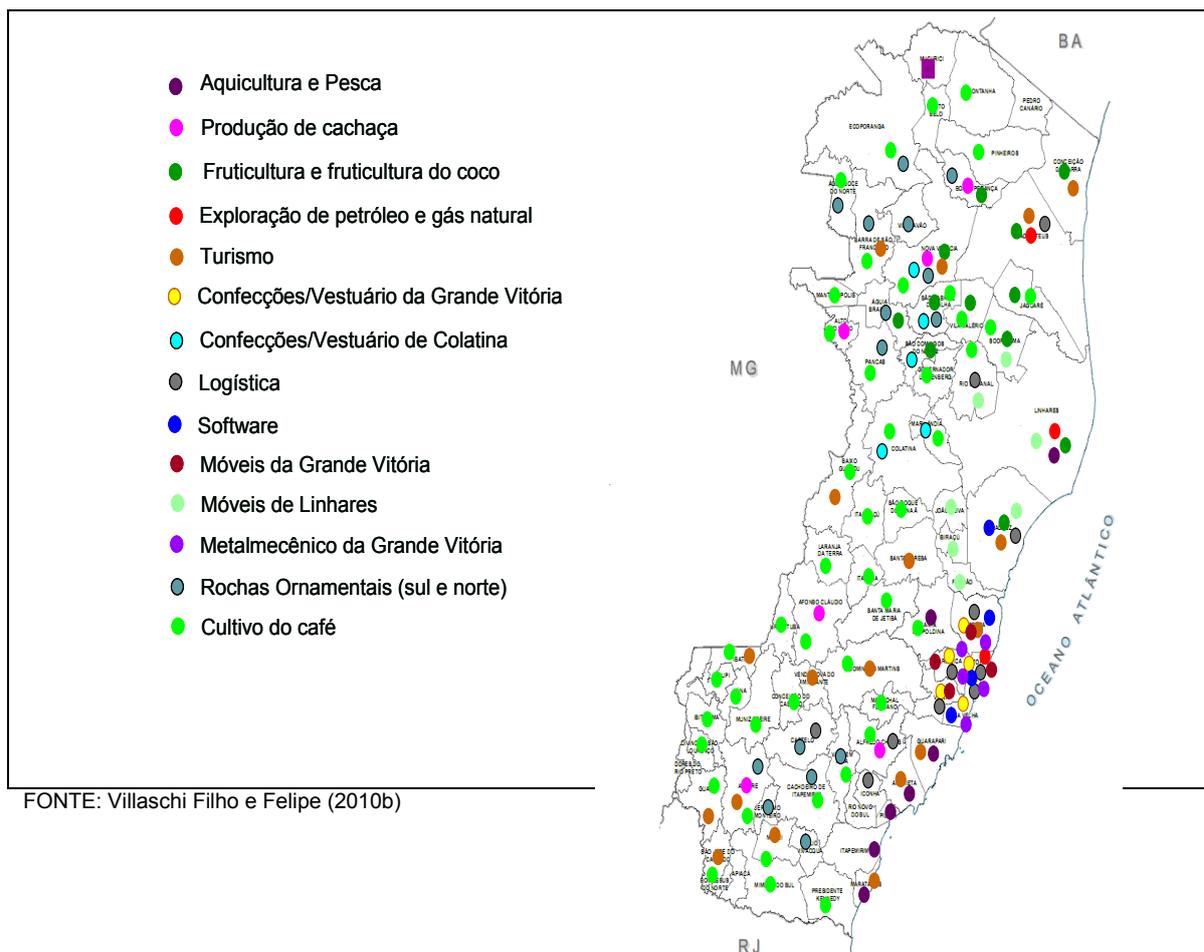
A segunda é que, embora tenha a capacidade de contribuir para uma dinamização da economia local, os avanços da indústria do petróleo no Espírito Santo não podem e não devem ser considerados como o “terceiro ciclo” de desenvolvimento da economia capixaba. Isso porque ela em absolutamente nada muda o padrão de desenvolvimento da economia local: exploração de recursos naturais atrelado a uma logística de transporte necessária. Pelo contrário, o que se percebe é o risco de abortar outras ideias e visões em detrimento do petróleo, diminuindo as possibilidades de novos saltos qualitativos.

Comentários finais

O Espírito Santo começa a segunda década do século XXI com uma estrutura produtiva razoavelmente diversificada, seja do ponto de vista setorial ou no que se refere a sua espacialização. Conforme pode ser constatado pelo gráfico a seguir e pelos quadros que a ele se seguem, ainda que persista uma forte concentração de grandes empreendimentos localizados na faixa litorânea

(principalmente na Grande Vitória e municípios próximos a ela) e que essa faixa seja objeto de projetos futuros ligados à expansão de atividades minero-siderúrgicas e à exploração de gás e petróleo, com exceção de alguns bolsões (principalmente na região Sul e Noroeste do ES), atividades com bom dinamismo econômico estão distribuídos por boa parte do território capixaba.

Distribuição espacial de atividades econômicas no ES



Denominação do APL	Emprego Formal	Indicador de densidade fiscal (VS/Emp)	Participação do APL no total das vendas locais (%)	Participação do APL no total das vendas das atividades no Estado (%)
Rochas Ornamentais	30.648	66.193,78	31,75	39,98
Turismo	19.012	3.186,49	0,16	27,82

Software	2.016	3.303,99	0,01	96,92
Logística	19.553	86.477,12	1,56	83,56
Petróleo e Gás	2.262	4.314.784,17	16,46	85,61
Confecções da GV, Confecções de Colatina	31.211	29.563,00	1,59	64,25
Cachaça Nova Venécia	3.639	216.633,78	21,65	49,70
Fruticultura	8.056	835,76	0,32	4,04
Fruticultura do Coco	2285	93.941,23	5,16	24,63
Café Conilon Região Noroeste	9.987	140.970,01	28,41	24,60
Cafeicultura	10.356	258.715,25	15,99	47,69
Metalmeccânico da GV	19.969	510.470,89	9,56	95,03
Aqüicultura e Pesca	229	3.542,42	0,01	80,60
Agronegócio da Região Serrana	18.489	1.892,05	2,91	1,14
Móveis de Linhares	14.706	31.327,76	6,44	37,52
Móveis da GV	9196	11.930,54	0,10	16,75

FONTE: Villaschi Filho e Felipe (2010b)

Geração de emprego formal no Espírito Santo	Quantidade nos Grandes Projetos	Quantidade nos Arranjos Produtivos Locais
Arcelor Mittal Tubarão (2006)	4.356	
Aracruz Celulose (2007)	2.665	
Samarco Mineração S. A	1.700	
Vale - no Espírito Santo (2008)	7.500	
Arranjos Produtivos Locais (2006)		201.614
Totais	16.221	201.614

FONTE: Villaschi Filho e Felipe (2010b)

Apesar dos números que essa configuração espacial e setorial do desenvolvimento capixaba podem apresentar, conforme destaca Zorzal e Siva (2010, p. 36):

No cenário atual, o que se observa em relação à incorporação da sociedade capixaba e a distribuição dos benefícios produzidos pelo crescimento, resultante da mudança de rota ocorrida nas últimas décadas, é a permanência da inserção subalterna de diversos segmentos sociais e a apropriação muito desigual dos benefícios gerados.

A incorporação de grande parcela da população vem se efetuando na margem do processo de crescimento. O sistema educacional capixaba no passado não estava preparado para atender as novas demandas de qualificações que o processo de transformação da base econômica gerou. Na verdade, ele constituiu-se e expandiu-se paralelamente às transformações ocorridas aceleradamente na base econômica. ... (as grandes empresas) investiram muito na qualificação de sua força de trabalho. Como conseqüência das condições mesmas em que este surto de crescimento se efetivou tanto o empresariado local como as classes médias e trabalhadoras foram inseridas na margem, isto sem falar no amplo contingente de excluídos que constituem os grandes bolsões de pobreza do estado. Enfim, apesar do grande crescimento econômico gerado, restam ainda grandes desafios a serem vencidos em termos de desenvolvimento social e político.

Assim, pode-se concluir, à guisa de comentário final, que no ES a multinacionalização de mercados propiciou: via produção e exportação de café, sua colonização e principal fonte de dinamismo econômico durante quase cem anos; via operações da CVRD, a montagem de um complexo logístico que permitiu que o estado se transformasse em porta ao mar para uma vasta *hinterlândia*.

A transnacionalização da produção resultou em um processo de industrialização retardatária da formação socioeconômica capixaba que tem se destacado no cenário nacional por sua forte contribuição à geração de divisas para o Brasil (principalmente nos segmentos produtivos aqui considerados) e pelas altas taxas de crescimento de sua produção industrial.

A financeirização mundializada facilitou o acesso de empresas localizadas no ES (CST e Aracruz, principalmente) ou com importantes bases produtivas/operacionais nele localizadas (CVRD e Petrobras, principalmente) a um mercado financeiro com alta liquidez e ávido por alternativas de aplicações financeiras. Seja pelo processo de privatização (nos casos da CST e da CVRD), seja por mecanismos de fusões, isso facilitou mudanças no controle acionário dessas empresas.

Isso tem induzido uma crescente perda de vínculo entre as empresas que operam no ES em seus segmentos de maior dinamismo e o restante da formação socioeconômica capixaba. Antes sede de importantes unidades administrativas dessas principais empresas (CVRD, Aracruz e CST — no caso dessas duas últimas suas respectivas diretorias), o ES é hoje localização principalmente de instalações de processamento e circulação de produção e de unidades de apoio operacional. E, do ponto de vista simbólico, sequer seus nomes guardam relação com o local capixaba (do Vale do Rio Doce, ficou a Vale; a Aracruz se tornou Fibria; e a Companhia Siderúrgica de Tubarão passou a ser Arcelor Mittal Tubarão)

As articulações entre essas empresas e o restante do aparelho produtivo capixaba, quando muito, se dão via fornecimento de insumos e a prestação de serviços especializados (principalmente metal mecânico). Até mesmo as incipientes relações no passado entre essas empresas e a Ufes¹⁶, e entre elas e a sociedade¹⁷, vêm diminuindo e se tornam cada vez mais objeto de campanhas institucionais de construção de imagem via mídia, na medida em que as esferas de decisões estratégicas se deslocam para outros territórios.

Isso posto, pode-se indagar: do limão (da financeirização mundializada) o que resta é a limonada (dos empregos gerados e de alguns efeitos induzidos pelos

¹⁶ O projeto Nexen é uma boa ilustração disto.

¹⁷ Até mesmo os times de futebol que tinham algum vínculo com a CVRD (Vale e Ferroviário, posteriormente fundidos na Desportiva) deixaram de contar com apoio da empresa.

empreendimentos aqui mencionados); ou ele pode se tornar ingrediente para um produto mais elaborado/sofisticado (caipirinha, torta, perfume...)?

Aqui se propõe que a busca do entendimento das relações entre o global e o local deve levar este a agendas que identifiquem novas possibilidades naquela. Essas possibilidades indicam os intangíveis (da sociedade e economia do conhecimento e do aprendizado), enquanto motrizes do desenvolvimento em substituição ao papel desempenhado no passado pela produção de bens.

O imbricamento de interesses entre os poderes políticos locais (governos, meios de comunicação de massa, representações da sociedade civil etc.) e essas empresas de maior porte indica que a construção de agendas mais voltadas aos interesses locais (principalmente aqueles voltados para uma nova inserção global) está longe de ser algo trivial.

Ainda assim, há que se pensar livre e agir propositivamente.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. *Relatório Estatístico Anual 2009*. Rio de Janeiro: ANP, 2009.

ARACRUZ CELULOSE S.A. *Aracruz — uma história de desenvolvimento e de compromisso com o futuro*. Aracruz: Aracruz Celulose S.A., 2009a.
_____. *Relatório Anual*. Aracruz: Aracruz Celulose S.A., 2009b.

BUFFON, José Antônio B. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CASTRO, Antônio B.; SOUZA, Francisco E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CELIN, José L. *Cafeicultura capixaba: ruptura e crise*. In: SEMINÁRIO +/- 40 ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, 2009. *Anais...* Vitória: GPIDECA/UFES, 2009.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã: 1996

COSME, José C. *A incerteza da agricultura capixaba nos anos 1970*. In: SEMINÁRIO +/- 40 ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, 2009. *Anais...* Vitória: GPIDECA/UFES, 2009.
_____. *Uma inovação tecnológica na agricultura capixaba: a introdução do café conillon (coffea canephora) e sua reprodução vegetativa via mudas clonais*. 1998. Dissertação de Mestrado. UFES – Departamento de Economia, 1998.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Graciliano dos Santos Neves, lida na instalação do Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896*. Vitória: Typografia do Estado, 2005 [1896].

FERRÃO, Romário G. *Cultivares de café conilon*. In: FERRÃO et al. (org.). *Café Conilon*. Vitória, ES: INCAPER, 2007.

GARCIA, Amanda; MOTA, Euler; DIAS, Max. *A república e a frustrada instauração da modernidade*. In: MARTINUZZO, José Antônio. *Diário Capixaba: 115 anos de imprensa oficial no Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS FLORESTAIS – IPEF. *Projeto Brasil Eucalyptus Produtividade Potencial*. Disponível em <www.ipef.br>. Acesso em 15

de fev. 2010.

PAULINO, Adelson et al. *Mudas Clonais de Café Conilon — Tecnologia de produção.* Vitória: MAARA/DFAARA/ES, 1995.

PEREIRA, Guilherme Henrique. *Política Industrial e localização de Investimentos: e o caso do Espírito Santo.* Vitória: EDUFES, 1998.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896),* 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa.* Vitória: CST, 2005.

SILVA, Álvaro J; RESENDE, Lino G. *A ferro e fogo: a trajetória de um setor.* Vitória, Sindifer: 2004.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985).* Vitória, ES: FCAA, 1991.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo.* Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Arthur Carlos Gehrardt. *Aspectos do desenvolvimento do Espírito Santo.* Vitória, 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe.

SILVA *et alli.* *Geração, difusão e transferência de tecnologia.* In: FERRÃO, Romário (org.). *Café Conilon.* Vitória, ES: INCAPER, 2007.

SILVA, Justo Corrêa. *Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo 1967/1983.* 1993. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José. *Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização.* In: VILLASCHI FILHO, A. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento.* Vitória: Flor&Cultura, 2011a.

_____. *Da crise econômica ao consenso de necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971).* In: VILLASCHI FILHO, A. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento.* Vitória, Flor&Cultura: 2011b.

_____. *O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda muleta.* In: VILLASCHI FILHO, A. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento.* Vitória, Flor&Cultura: 2011c.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva. *Crisis and capability building in the production of coffee and reforestation: from static comparative advantages into the knowledge economy.* In: *Opening Up Innovation: Strategy, Organization and Technology*, 2010, London. DRUID Summer Conference. London: DRUID, 2010a.

_____. *Políticas estaduais de arranjos produtivos locais no Espírito Santo: evolução e perspectivas.* In: CAMPOS, Renato Ramos; STALLIVIERI, Fabio; VARGAS, Marco; e Antonio MATOS, Marcelo (orgs) *Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.* Rio de Janeiro, E-Papers, 2010b.

VILLASCHI FILHO, Arlindo. *Papel e Celulose.* Nota técnica do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. Rio de Janeiro: Unicamp/UFRJ, 2009.

_____. *Alguns elementos do sistema capixaba de inovação.* Nota Técnica do projeto Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposição de Políticas de C&T. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1998.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo.* In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Espírito Santo: Instituições e Desenvolvimento social.* Vitória: IJSN, 2010.

_____. *Globalização, Vale do Rio Doce e Espírito Santo.* In: SEMINÁRIO +/- 40 ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, 2009. *Anais...* Vitória: GPIDECA/UFES, 2009.